



Secretaria-Geral da Presidência da República  
Conselho Nacional de Juventude

**ATA**

**2ª Reunião Ordinária  
do Conselho Nacional de Juventude**

**CONJUVE  
10 e 11 de novembro de 2005**



**Secretaria-Geral da Presidência da República  
Conselho Nacional de Juventude**

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE

DATA: 10 e 11 de novembro de 2005

LOCAL: Parlamundi LBV, Brasília-DF

## **I – DA REUNIÃO**

A 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude tratou da seguinte pauta: Programas e Ações voltados para a Juventude; Plano Nacional de Juventude; Câmaras Temáticas; Grupos de Trabalho; Plano de Trabalho do CONJUVE; e Encaminhamentos. Após a abertura da reunião, pela Presidente do Conselho, Conselheira Regina Novaes, deu-se início aos trabalhos tratando do primeiro ponto da pauta, qual seja: Programas e Ações voltados para a Juventude: balanços e perspectivas de integração que, dando continuidade ao discutido na primeira reunião ordinária do Conselho Nacional da Juventude, realizada em agosto deste ano, quando a Prof Maria José Feres fez a apresentação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens; em nossa segunda reunião ordinária, iniciou-se uma rodada de apresentações dos programas governamentais nos quais a *juventude* se destaca como público participante. Assim, foram apreciadas as apresentações dos Ministérios da Defesa, dos Esportes, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além do Ministério do Trabalho e GSI/Secretaria Nacional Anti-Drogas. Orlando Silva, Secretário Executivo do Ministério dos Esportes, relatou os principais programa e ações voltadas à juventude tais como *Segundo Tempo*, *Bolsa Atleta*, *Esporte e Lazer da Cidade* e *Jogos da Juventude*. Já os Conselheiros Morvan de Melo e Joelson Velozzo, do Ministério da Defesa, apresentaram informações sobre os critérios, as características e andamento dos programas *Soldado Cidadão* e *Projeto Rondon*. O Conselheiro José Eduardo de Andrade, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, apresentou o quadro conceitual no qual se situam os programas *Agente Jovem*, *Sentinela* e *Peti*. Do Ministério do Trabalho vieram Ricardo Cienfuentes, Diretor do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, e Luciana Tannus, coordenadora dos Consórcios Sociais da Juventude, para expor a concepção, as reorientações e os atuais desafios do Programa Primeiro Emprego. Doralice Oliveira, da SENAD, informou ao Conselho os novos parâmetros da *Política Nacional Sobre Drogas*, agora mais voltada para prevenção, na perspectiva da “redução de danos” e distribuiu diversos modelos de cartilhas sobre esta nova abordagem. De maneira geral, entre expositores e participantes do debate, houve consenso sobre a necessidade de maior integração entre os Programas e Ações. A atual Política Nacional de Juventude - descentralizada e executada em diferentes espaços governamentais – só se consolidará se todos os Ministérios levarem em conta a *perspectiva de juventude* (considerada em toda sua diversidade e singularidade) e se os Ministérios se comprometerem em implementar práticas que garantam a complementaridade dos Programas e Ações voltadas para os/as jovens brasileiros. Com este objetivo, o Conselho Nacional da Juventude se propõe a continuar desempenhando um papel crítico e propositivo, buscando contribuir para a superação da fragmentação entre Programas e Ações, e para consolidação de uma Política Nacional de Juventude no Brasil. Não houve tempo para todas as Câmaras apresentarem. Ficou acordado que as câmaras que não apresentaram apresentarão nas próximas reuniões. No segundo ponto da pauta, Plano Nacional de Juventude houve amplo debate sobre o conteúdo do Projeto de Lei nº 4.530/2004, que dispõe sobre o Plano Nacional de Juventude, com transmissão ao vivo pela Radiobrás. O debate contou com a participação dos Deputados André Figueiredo (PDT-CE) e Cláudio Vignatti (PT-SC), ambos da Comissão Especial que trata deste projeto de lei, na Câmara dos Deputados. Os deputados convidados informaram que, até o final deste ano, por iniciativa daquela Comissão, estão sendo realizadas audiências públicas em todo país para colher contribuições para o Plano Nacional da Juventude. Cada estado e o Distrito Federal indicarão treze representantes para participar de um Seminário Nacional sobre o Plano Nacional de Juventude, previsto para março de 2006 em Brasília. Os/as



**Secretaria-Geral da Presidência da República**  
**Conselho Nacional de Juventude**

Conselheiros/as do CNJ foram, antecipadamente, convidados para este Seminário Nacional, promovido pela Câmara dos Deputados. No decorrer do debate, vários/as Conselheiros/as participantes agradeceram a presença dos Deputados Figueiredo e Vignatti e elogiaram a iniciativa da Câmara dos Deputados que colocou as questões da juventude na pauta do Congresso Nacional. No que diz respeito ao conteúdo do debate, entre as críticas e sugestões dos/as Conselheiros, podemos destacar: 1- preocupações com a imprecisão de informações estatísticas e com o viés de certos (pré) conceitos, nos diagnósticos que introduzem cada capítulo do Plano; 2- preocupações com a qualidade e representatividade das audiências que estão sendo feitas nos estados, pois estas muitas vezes não favorecem a participação de diferentes segmentos juvenis; 3- preocupações com a ausência de definições mais claras sobre objetivos, metas e previsões orçamentárias para a realização do Plano Nacional da Juventude. Em suas respostas, os Deputados reconheceram certas imperfeições do processo, porém procuraram demonstrar que uma interrupção no processo em curso poderia resultar na impossibilidade de aprovar o Plano Nacional de Juventude na atual legislatura sendo, hoje, impossível prever os ônus futuros de adiamentos. Desta maneira, por sugestão do Deputado Vignatti, houve um acordo de que - após as audiências estaduais e o seminário nacional - os/as Conselheiros/as receberão uma primeira versão do relatório final do Plano Nacional de Juventude para ser mais uma vez debatido no Conselho. Para esta ocasião será solicitada também a presença do Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), relator do Plano. Por fim, o Conselho reforçou a recomendação para que os conselheiros e as conselheiras acompanhem as audiências estaduais que ainda não aconteceram, e - sempre que possível - contribuam na elaboração dos seus respectivos relatórios. Desta feita, as Câmaras Temáticas reuniram-se, tendo como resultado o seguinte: Câmara Temática 1 – Desenvolvimento Integral: Educação, Trabalho, Cultura e Tecnologias de Informação: Ficou definido que a Câmara terá dois coordenadores, os conselheiros José Eduardo de Andrade, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Valério Bemfica, do CPC/UMES. Esta é a maior Câmara Temática, reunindo mais de 30 membros. Em um primeiro momento, houve uma sugestão de criar Comissões a partir dos temas anunciados em seu próprio nome. Nesta proposta, os participantes da Câmara se dividiriam a partir de suas especialidades e experiências temáticas. No entanto, durante o debate, os participantes decidiram evitar tal segmentação e ter como foco, justamente, as inter-relações entre Educação, Trabalho, Cultura e Novas Tecnologias, enfocados do ângulo das demandas da população juvenil. Atendendo a necessidade operacional de divisão de tarefas, foram criadas três subcomissões: 1. Diagnóstico (Recolher subsídios para a comparação analítica entre diagnósticos existentes sobre a realidade dos jovens brasileiros nos referidos temas); 2. Programas Governamentais (Análise de Programas e Ações governamentais voltadas para a Juventude nas áreas educação, trabalho, cultura e novas tecnologias); 3- Acompanhamento e Interlocações com a Sociedade e com o Legislativo (Recolher Subsídios sobre demandas e concepções socialmente disponíveis, visando sua incorporação na legislação concernente à Juventude). O trabalho das Subcomissões contribuirá para a realização das seguintes atividades: a) Realização do Seminário Juventude: Educação, Trabalho, Cultura e Tecnologias de Informação que deverá acontecer em fevereiro de 2006, com o objetivo de comparar os diversos diagnósticos existentes sobre estes temas; b) Contribuição sobre o Plano Nacional de Juventude, a ser enviada no início de março à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que é responsável pelo processo; c) Elaboração do parecer (Diagnóstico, análise e recomendações) que será apresentado ao Governo e à sociedade durante o I Seminário do Conselho Nacional de Juventude, a ser realizado em agosto de 2006. Na Câmara Temática 2 - Qualidade de Vida: saúde integral, meio ambiente, esporte e lazer, ficou definido que a coordenação desta Câmara é de responsabilidade dos conselheiros Luiz Gustavo, da União dos Escoteiros do Brasil; e Rangel Arthur, da REJUMA (Rede de Juventude pelo Meio Ambiente). Diante de um quorum restrito, em sua primeira reunião, os participantes desta Câmara Temática fizeram a avaliação de que será preciso realizar um trabalho junto aos Conselheiros e Conselheiras para ampliar a



**Secretaria-Geral da Presidência da República  
Conselho Nacional de Juventude**

compreensão sobre a relevância da temática ali tratada. Os participantes reafirmaram a importância do diálogo entre questões referentes à saúde integral, à sustentabilidade ambiental, às práticas esportivas, ao desporto e ao acesso ao lazer. Estas dimensões são indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida da juventude. Todo o esforço da Câmara será de não segmentar os temas, mas focalizar suas inter-relações. Como plano de trabalho, a Câmara aprovou a idéia de realizar uma aproximação da Câmara com Ministérios afins. Para tanto, em janeiro de 2006, será realizada uma reunião de trabalho com técnicos dos ministérios da Saúde, Meio Ambiente, Esporte, Turismo e Gabinete de Segurança Institucional. O objetivo desta reunião é compartilhar informações já existentes nos diferentes Ministérios, e estabelecer critérios e parâmetros que orientem os trabalhos da Câmara Temática. Além disso, será feito contato com um grupo interministerial, já existente, que estuda a integração de Políticas Públicas de Lazer. Também ficou definido que a Câmara Temática deverá contar com uma consultoria externa, que reunirá dados e referenciais teóricos para o aprofundamento das questões referentes à qualidade de vida da juventude, em suas dimensões, critérios e parâmetros. A Câmara ficou responsável também por propor Indicadores de Qualidade de Vida Jovem, inspirando-se no Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ/Unesco). A Câmara reunirá informações sobre os equipamentos públicos existentes, com o objetivo de criar indicadores e metas de avaliações focados nos espaços públicos que atendam à juventude. Também ficou acertado que a Câmara enviará uma contribuição para o Projeto de Lei do Plano Nacional de Juventude, onde há evidente carência de uma maior elaboração, sobretudo no tocante às áreas de lazer e meio ambiente. Por último, ficou combinado que a Câmara irá elaborar um parecer que será apresentado no I Seminário do Conselho Nacional de Juventude, a ser realizado em agosto de 2006. Já na Câmara Temática 3 – Direitos Humanos, Vida Segura e Valorização das Diversidades, as conselheiras Débora Oliveira, da Rede Feminista de Saúde, e Cíntia Nascimento, da Rede de Jovens do Nordeste, coordenam esta Câmara. O objetivo da Câmara é tratar de maneira inovadora as inter-relações entre prevenção e o combate às violências, considerando todas as formas de discriminação (sexismo, machismo, racismos, homofobia, xenofobia, portadores de deficiência, intolerâncias religiosas), visando garantir a segurança pública e a defesa da autonomia, a garantia e a ampliação da cidadania jovem. Para realizar seu trabalho, a Câmara aprovou o seguinte calendário de atividades: a) Reuniões presenciais e virtuais dos/as Conselheiros/as participantes. b) Realização de visitas e uma política de aproximação com vários órgãos governamentais, entre secretarias, conselhos e ministérios. c) Contribuição para o Plano Nacional de Juventude, a ser enviada à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que é responsável pelo o processo. d) Elaboração de parecer, para o qual será utilizada a seguinte metodologia de atuação organizacional: diagnóstico do problema, exame das políticas existentes e recomendações gerais, com controle das ações, cumprimento de cronograma e avaliação de resultados). e) Apresentação do Parecer no I Seminário do Conselho Nacional de Juventude, agosto de 2006. Quanto as reuniões dos Grupos de Trabalho, a discussão ocorreu da seguinte forma: Grupo de Trabalho 1- Conselho Nacional de Juventude: O grupo é coordenado pelos conselheiros Elen Linth, da Pastoral da Juventude e Erisvaldo Ferreira, da Rede de Jovens do Nordeste. Nesta reunião, definiu-se que o grupo estudará os processos e experiências de outros conselhos existentes no País e de outros países, que tratem de juventude. Como encaminhamento, foi aprovada a elaboração de uma cartilha para dar apoio à criação de conselhos regionais de juventude, além do mapeamento dos conselhos existentes e dos que se encontram em implantação, determinando como prazo para a apresentação desse mapeamento, a primeira semana de março do próximo ano. O Grupo de Trabalho 2 – Orçamento, que é coordenado pelo conselheiro Alonso Coelho, da Organização Brasileira de Juventude, deliberou que buscará provocar e influenciar ações ainda neste ano, além de fazer proposta ao orçamento previsto para o próximo ano. Aprovou, também, a redação de documento, que foi submetida ao pleno do Conselho, onde recomenda, ao Governo Federal, o descontingenciamento orçamentário relativo a programas dirigidos para a juventude. Com relação ao Plano de Trabalho do Conselho



**Secretaria-Geral da Presidência da República  
Conselho Nacional de Juventude**

Nacional de Juventude até 2006, foi apresentado e discutido o planejamento do Conselho Nacional de Juventude até o final do próximo ano. Em síntese este planejamento envolve as seguintes iniciativas: 04 reuniões ordinárias nos meses de março, maio, agosto e novembro. Sendo que a reunião de agosto debaterá os pareceres das Câmaras Temáticas e elegerá novos presidente e vice-presidente, enquanto que a reunião de novembro terá o objetivo de fazer um balanço do final deste governo e pensar a transição do Conselho para o governo seguinte. 03 seminários temáticos, um para cada Câmara Temática que oferecerão subsídios para a elaboração dos pareceres e acontecerão até junho de 2006. 01 Seminário Nacional do Conselho Nacional de Juventude no mês de agosto, que envolverá apresentação, ao Governo e à sociedade, de todos os pareceres produzidos sobre a Política Nacional de Juventude e possibilitará o diálogo com demais movimentos juvenis, organizações da sociedade civil, estudiosos e gestores que possam contribuir com as políticas públicas de juventude. Acompanhamento do calendário do Congresso Nacional, em especial, a tramitação da PEC 138/2003, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da Juventude, do Estatuto dos Direitos da Juventude e do Plano Nacional de Juventude. Gerar outras iniciativas, como a produção de um vídeo sobre Participação e Democracia, de uma cartilha para orientação à constituição de Conselhos Estaduais e Municipais, além de estabelecer relação com outros Conselhos Nacionais e cartazes e folderes de divulgação do CNJ e da campanha pelo Voto aos 16 anos.

## **II – Das Resoluções e Encaminhamentos**

O Conselho Nacional de Juventude, em sua II Reunião Ordinária, aprovou a instalação das Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho e suas respectivas coordenações; aprovou o Plano de Trabalho Geral do Conselho Nacional de Juventude para 2006; aprovou o Plano de Trabalho das Câmaras Temáticas até agosto de 2006; aprovou a definição dos objetivos do GT 1 (Conselho); aprovou a definição dos objetivos do GT 2 (Orçamento); aprovou, com modificações, o documento redigido pelo GT 2, a ser amplamente divulgado, na forma de Recomendação do Conselho Nacional de Juventude, sobre descontigenciamento orçamentário relativo a programas dirigidos para a juventude; aprovou o encaminhamento de votação por internet da moção a favor da regulamentação da Lei do Aprendiz (este recurso virtual se fez necessário porque uma parte dos/as Conselheiros/as declarou não estar suficientemente informada sobre o tema em questão para votar naquele momento); aprovou, tal como foi solicitado, o envio de informações sobre a possível doação do Banco Mundial para a Secretaria Nacional de Juventude; e, finalmente, aprovou, tal como foi solicitada, a formação de um Comitê Editorial para o Sítio do CNJ, que encontra-se em processo de construção. Nada mais havendo a tratar, a presidente da mesa agradeceu a todos e deu por encerrada a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude. Para constar, eu, Danilo Moreira da Silva \_\_\_\_\_, secretário-executivo, lavrei e assino a presente ata.

Brasília, 11 de novembro de 2006.